

## INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA FRENTE À CONTRAOFENSIVA DO CAPITAL

*Alisson Slider do Nascimento de Paula*<sup>1</sup>

*Kátia Regina Rodrigues Lima*<sup>2</sup>

*Emmanuel Lima Ferreira*<sup>3</sup>

*Frederico Jorge Ferreira Costa*<sup>4</sup>

**RESUMO:** O referido texto pretende examinar o trabalho docente em tempos de ofensiva do capital e de flexibilização dos direitos trabalhistas. Partimos da compreensão que as políticas implementadas para a educação superior brasileira possuem, em sua essência, um caráter mercantil, deste modo, o ensino superior é concebido como promissor nicho mercadológico para extração lucrativa em função dos setores hegemônicos internacionais e locais. Constatamos que o trabalho docente não foge à lógica da precarização e está presente nas instituições privadas e públicas de ensino superior de forma patente. Com efeito, esta precarização se expressa na forma jurídica, bem como na flexibilização e intensificação do trabalho e através da execução de uma lógica produtivista. Assim, levantamos a hipótese de que a expansão do ensino superior se coloca como empecilho ao trabalho docente e também à sua autonomia, sujeitando o docente a uma processualidade de contradição entre as necessárias e as concretas condições de trabalho.

*Palavras-chave:* Trabalho docente. Educação superior. Capital.

### INTENSIFICATION AND PRECARIZATION OF TEACHING WORK: THE BRAZILIAN HIGHER EDUCATION POLICY AGAINST THE COUNTERFEIT OF THE CAPITAL

**ABSTRACT:** This work aims peering over the teaching offensive in times of capital and “flexibility” of labor rights. We start from the understanding that the policies implemented for the Brazilian higher education have, in essence a commercial character, learning thus, higher education is seen as promising marketing niche for profitable extraction according to the hegemonic sectors. We found that teaching does not escape from the precarious logic, and is present in public and private higher education institutions patent form. Indeed, this precariousness is expressed in legal form, as well as flexibility and intensification of work, and by running a production-logic. Thus, we hypothesized that the expansion of higher education arises as impediments to teaching, but also to their autonomy, subjecting teachers to a processuality of contradiction between the necessary and the specific working conditions.

*Keywords:* Teacher’s work. Higher education. Capital.

---

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB-UFC). Professor do Centro Universitário INTA (UNINTA). E-mail: alisson.slider@yahoo.com.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: kareli20042004@yahoo.com.br.

3 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: emmanoellima@yahoo.com.br.

4 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professor da Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará – FACEDI/UECE. E-mail: frederico1917@yahoo.com.br.

## Introdução

Ao longo dos últimos anos percebem-se mudanças na dinâmica do trabalho no cenário nacional. Estas mudanças não são isoladas, logo, são articuladas de um todo complexo que está em operacionalidade desde a década de 1970. Em verdade, é a partir das condicionalidades do modo de produção e reprodução da vida que mudanças são operadas na realidade social. Deste modo, compreende-se que os docentes, em especial do ensino superior, não fogem desta realidade.

O referido trabalho busca empreender um exame sobre o trabalho docente em tempos de ofensiva do capital e de metamorfoses na dinâmica do próprio trabalho, pois, compreendemos que as atuais políticas implementadas para o ensino superior possuem, em sua essência, um caráter mercadológico e que esse nível de ensino é concebido como promissor nicho de mercado para extração lucrativa em função dos setores hegemônicos.

Para o tratamento metodológico, optou-se por um estudo de abordagem qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica, além de alguns documentos serem citados ao longo do corpo do texto. O materialismo histórico-dialético é o método de análise escolhido, uma vez que busca apreender o objeto de estudo a partir de suas múltiplas determinações, isto é, concebendo o objeto como uma totalidade composta por particularidades históricas e complexas, além de propiciar um tratamento analítico crítico.

Observa-se que os elementos intrínsecos na dinâmica do trabalho docente dizem respeito aos mecanismos apregoados a partir da ideologia neoliberal decorrente da crise estrutural do capital. O docente do ensino superior, em função de estar localizado em um setor que é estratégico para extração de lucros para o sistema de capital, não foge desta realidade, assim, seu trabalho é metamorfoseado, transitando, deste modo, para a esfera negativa da atividade laborativa, isto é, um trabalho docente assentado no trabalho estranhado, intensificado e precarizado. O referido trabalho está organizado em quatro seções:

1. “A crise do capital e as novas formas de dominação”, buscando empreender uma análise acerca da crise estrutural do capital e o movimento empreendido para superar o atual cenário catastrófico do sistema produtor de mercadorias;
2. “Preposições ontológicas acerca da atividade laborativa”, analisando, a partir da ontologia marxiana, a categoria trabalho, com ênfase em caracterizar sua natureza dúplice;
3. “O caráter mercadológico da política do ensino superior brasileiro”, abordando algumas políticas implementadas no contexto do ensino superior brasileiro e suas implicações para o trabalho docente;
4. “A negação da centralidade do labor docente”, analisando a lógica do trabalho docente, não perdendo de vista os nexos com as seções anteriores.

## A crise do sistema capitalista e as novas formas de dominação

A teoria marxiana faz alusões às crises capitalistas de cunho cíclico, pois o fenômeno das crises de superprodução é recorrente na economia capitalista. Para se atingir aproximações concretas do real caráter das crises, é preciso compreender a lógica

de atividade do sistema de mercadorias. Entendemos que este modo de produção se distingue dos demais, dentre outros elementos, a partir da autonomização do valor no que toca a seu conteúdo material, isto é, o valor de uso. Este paradoxo envolvendo valor e valor de uso é inerente ao modo mais básico de expressão da sociedade regida pelo sistema sociometabólico do capital, a mercadoria. Nessa acepção, decorre numa complexificação com o crescimento do capitalismo até o ponto em que a entrada impetuosa das crises restaura sua unidade dialética, para a decorrente ação do sistema.

A conhecida passagem acerca das crises na teoria marxiana é a do clássico “Manifesto Comunista”, no qual Marx e Engels consideram que:

[...] as crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas. Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contrassenso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução (MARX; ENGELS, 2009, p. 33).

Para Lima (2009), as crises do capitalismo não são somente inerentes a este modo de produção. Estas são necessárias à sua funcionalidade básica ao passo que possibilitam, na fase posterior, criar um novo ciclo de expansão da produção do valor. Porém, na década de 1970, a crise do sistema produtor de mercadorias apresenta traços distintos das anteriores, em verdade, trata-se de uma crise sem precedentes, consoante Nishimura (2014).

O filósofo húngaro Istvan Mészáros caracteriza essa crise como crise estrutural do capital (2002). Os elementos de novidades são, de acordo com Mészáros: “caráter universal; alcance global; temporalidade permanente [...] e modo de desdobramento rastejante (MÉSZÁROS, 2002, p. 796). A processualidade desta crise de novo tipo é efetivada a partir da supressão dos direitos sociais, bem como pela flexibilização dos direitos do trabalho, a exploração violenta dos recursos naturais, tudo isso, na busca incessante de recompor as taxas de lucro do sistema de capital.

De forma precisa e esclarecedora, Nishimura explicita que:

Com o agravamento da crise, os capitalistas lançam mecanismos para tentar recompor as taxas de lucro do capital, como a reestruturação produtiva e as contrarreformas do Estado. No âmbito da produção, a tendência é a mudança do taylorismo/fordismo, que atingiu abrangência mundial com a produção em massa, ao toyotismo (caracterizado como sistema de organização flexível), iniciado nas fábricas japonesas. No âmbito das reformas, a crise move os ideários do capital a buscarem a implementação das políticas neoliberais, promovendo mudanças na configuração do Estado (NISHIMURA, 2014, p. 50).

Nessa concepção, o neoliberalismo surge nesse cenário como tentativa do capital para a superação de suas crises. Com isso, Perry Anderson (1995, p. 11) analisa o essencial da agenda neoliberal, como indicadores para resolução da crise, a saber: “disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais, e a restauração de uma chamada taxa natural de desemprego, potencializando a exploração dos trabalhadores a partir do engrossamento das fileiras do exército de reserva”.

Com isso, doravante a crise estrutural do capital, busca-se ocultar o real caráter da crise com o subterfúgio de que esta é causada pelos gastos excessivos com

intervenções sociais realizadas pelo Estado para manter direitos sociais. Nesse sentido, os sindicatos e as organizações dos trabalhadores são responsabilizados pela crise.

Consoante Harvey (2004) a conformação do atual padrão de acumulação por despossessão não pode ser analisado de forma isolada. No que tange os desdobramentos acerca da crise estrutural do capital, Rosa Luxemburgo já havia propugnado que para que o capital superasse ou atenuasse suas crises teria que se expandir para territórios que ainda não estivessem sob o jugo direto do capital. Todavia, o contexto da crise estrutural se dá de forma global, já com o capitalismo consolidado e mundializado. Destarte, ainda que o sistema de mercadoria voltasse a sofrer uma crise distinta das anteriores, Rosa não se equivocara, pois sua tese sobre a premência de expansão do capital como válvula de escape para as crises está certa. No entanto, findando o século XX, o capital encontrou outro modo de expansão que não somente territorial.

Na ausência de novos territórios de acumulação, o capital estruturou-se para ampliar a expropriação e a exploração do trabalho, em um movimento para dentro de si mesmo, promovendo “a vingança do capital contra o trabalho”, por meio da erosão dos direitos sociais, da fragmentação das cadeias produtivas e da “deslocalização” e “reterritorialização” das etapas das cadeias produtivas, situando nas periferias a produção com baixo valor agregado, intensiva em mão-de-obra, energia e recursos naturais. Com a reprimarização e a montagem de plataformas de exportação de commodities nas periferias, o capital portador de juros ganhou novo fôlego, podendo apropriar-se dos excedentes econômicos em produção inédita (BARRETO; LEHER, 2008, p. 429-430).

Wood (2003) destaca como determinante no modo de como se realiza o imperialismo atual, a existência dos organismos multilaterais. Ainda que o padrão de acumulação por despossessão esteja sendo realizado essencialmente por meios econômicos, a apropriação do capital necessita da repressão extraeconômica do Estado (BARRETO; LEHER, 2008). Dessa forma, para que os setores hegemônicos internacionais possam agir através de um sistema de Estados é crucial a participação de organismos “[...] capazes de articular esse sistema e de agir em nome de seu núcleo dirigente (o G-7). Daí a atuação dos organismos internacionais (BM, FMI, OMC) como intelectuais coletivos e operadores do novo imperialismo” (BARRETO; LEHER, 2008, p. 430). A esse respeito, os autores são mais precisos quando explanam que:

A agenda do ajuste estrutural do BM foi implementada a partir das condicionalidades que esse organismo pôde impor no contexto da Crise da Dívida de 1982. Na condição de avalista dos países que estiveram no epicentro da crise (Argentina, Brasil e México), o BM exigiu “corajosas reformas de ajuste estrutural”, como contrapartida ao aval e aos empréstimos. No caso brasileiro, um dos fatores decisivos para explicar a proeminência do capital rentista no bloco de poder foi a renegociação da dívida empreendida no escopo do Plano Brady, concluído em 1994, que converteu os títulos da dívida, que eram nominais, em títulos ao portador. Desde então, o valor do título no mercado, balizado pelo chamado “risco-país”, dependeria da avaliação das políticas econômicas pelas financeiras e pelos

fluxos e influxos de capital. Na prática, os governos tornaram-se reféns do capital rentista que paulatinamente pôde ampliar sua participação nos excedentes econômicos do país. [...] após esse processo, a economia latino-americana era outra. Considerando o saldo entre as importações e as exportações, os produtos primários, os de baixa tecnologia, as manufaturas básicas de recursos naturais e de outras fontes primárias passaram, em porcentagem, de 58% em 1994 para 80,3% em 2003. Mesmo a expansão dos produtos de alta tecnologia nas exportações – 2,25% em 1994 para 9,25% em 2003 – é enganosa, pois expressa o fortalecimento das maquilas, tanto no México quanto no Brasil (BARRETO; LEHER, 2008, p. 430).

Nessa acepção, é possível compreender que, com a eclosão da crise estrutural do capital, colossais transformações foram implementadas em escala global e em todos os setores. Dessa forma, conforme Barreto e Leher (2008), efetivou-se e ainda está em andamento a vingança do capital sobre o trabalho e, reconhecendo a práxis produtiva<sup>5</sup> como atividade vital faz-se necessário compreender o reordenamento do mundo do trabalho e suas implicações no trabalho docente.

### Preposições ontológicas acerca da atividade laborativa

Neste item pretende-se empreender análise da categoria trabalho a partir da crise estrutural do capital, à qual podemos denominar como padrão de acumulação flexível do capitalismo. Esta análise é necessária para garantir aproximação coerente para analisar a lógica do trabalho docente no ensino superior brasileiro no atual contexto. No entanto, para tal empreendimento, necessita-se discorrer, ainda que breve, sobre o trabalho como atividade ontologicamente fundante, para que não se deixe que possíveis conclusões acerca desta categoria fiquem circunscritas à esfera negativa da realidade concreta.

Marx compreende o trabalho em duas dimensões: 1) Positiva, sem fazer nenhuma defesa do trabalho estranhado e assalariado; 2) Negativa, dentro da lógica da sociedade de classes, todavia, sem negar indistintamente o trabalho. A partir dessas duas dimensões, podemos fundamentar a discussão em tela, recorrendo ainda à explicitação de Chagas (2009):

[...] é importante ressaltar que há em Marx a distinção e a íntima inter-relação de trabalho útil-concreto (*nützlich-konkrete Arbeit*) (positivo) — “trabalho vivo”, que produz valor de uso (produto utilizável), indispensável à produção e reprodução humana — com trabalho abstrato (*abstrakte Arbeit*) (negativo), “trabalho morto”, “trabalho pretérito”, contido nas mercadorias, cujo principal fim é a criação de mais-valia, a valorização do valor, a reprodução e autovalorização do capital (CHAGAS, 2009, p. 25).

5 Destacamos a categoria práxis como a atividade humana com teor teleológico que está para além das demais categorias da totalidade social. Podemos explicitar isso a partir de Kosik (apud SOUSA JUNIOR, 2010, p. 222-223) “Sendo o modo específico de ser do homem, a práxis com ele se articula de modo essencial, em todas as suas manifestações, e não determina apenas alguns dos seus aspectos ou características. A práxis se articula com todo o homem e o determina na sua totalidade”. Para Sánchez Vázquez (2011, p. 230), “A práxis produtiva é, assim, a práxis fundamental porque nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasmam neles fins ou projetos humanos, como também no sentido de que na práxis produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo”.

Dando atenção, neste primeiro momento, sobre a primeira dimensão do trabalho, expomos uma breve análise de Marx sobre o trabalho como atividade vital, em sua obra “O Capital”, na qual o autor expressa que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem (MARX, 1985, p. 279).

Nesta breve passagem, Marx já apresenta de imediato uma rica e complexa análise sobre o trabalho. O autor assevera que, mediante o trabalho, a espécie humana, pela forma determinante da própria atividade vital, ativa e consciente, se livra dos caminhos circunscritos da reprodução biológica, erigindo-se, por isso, em uma nova forma de ser, o ser social:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural. Realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, isso tanto mais quanto menos esse trabalho, ele próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1985, p. 279).

Dessa forma, o trabalho é o fundamento do ser social, isto é, atividade vital na produção da existência humana. E, ao passo em que os indivíduos transformam a natureza externa, transformam também a sua própria natureza humana, numa relação recíproca que envolve objetividade e subjetividade que converte o trabalho social em um eixo central do desenvolvimento da sociabilidade humana.

Todavia, se é possível por um lado compreender o trabalho como uma atividade fundante do ser social, por outro, sob o jugo do sistema metabólico de capital esta atividade é transformada em trabalho assalariado, estranhado. Para Antunes (2013):

O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A ‘força de trabalho’ (conceito-chave em Marx) torna-se mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar

novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio, e não primeira necessidade humana (ANTUNES, 2013, p. 8).

Sob o capitalismo, o trabalhador não se realiza no trabalho, se degrada; não se reconhece, nega e se desumaniza no trabalho. Dessa forma, o trabalho, enquanto atividade vital, se configura então como “[...] trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro” (ANTUNES, 2013, p. 9).

Com isso, a partir da compreensão da dupla natureza do trabalho, é possível obter aproximações no entendimento acerca do trabalho docente. Todavia, ressalta-se que o mundo do trabalho com a eclosão da crise estrutural do capital sofrerá metamorfoses significativas. Para Harvey (apud ANTUNES, 2010, p. 30) a consequência da processualidade da crise, bem como a organização do novo padrão de acumulação flexível indicou que “[...] o trabalho organizado foi solapado. Ocorreram altos níveis de desemprego estrutural e houve retrocesso da ação sindical”.

Assim, Antunes (2010, p. 34) explicita que “[...] para a efetivação do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor”.

Como foi visto mais acima, para efetivar um enfrentamento da crise, o capital realizou a vingança contra o trabalho. Portanto, antes de analisar a lógica do trabalho docente, será desenvolvida uma breve análise sobre específicas políticas implementadas no contexto da educação superior brasileira, para que seja possível compreender as mediações que representam, de forma direta, as investidas do capital neste nível de ensino e no trabalho docente.

## **O caráter mercadológico da política do ensino superior brasileiro**

Nesta seção, serão abordadas algumas políticas de educação superior que caracterizam o cenário da universidade em tempos de crise do capital. Não há pretensões de analisar todo o contexto da reforma do ensino superior, mas apenas aqueles aspectos que, dentro dos limites do presente trabalho, se compreende ser essenciais na agenda do capital. O apetite do capital para obter novos ambientes para extração de lucros metamorfoseando em mercadorias vários serviços outrora ofertados pelo Estado demonstrou um aumento significativo da precarização do trabalho pela mudança das relações de trabalho existentes e tornou os trabalhadores mais expostos às flutuações do mercado. A contrarreforma do Estado brasileiro buscava, também, tornar inconstante:

[...] as condições de trabalho dos funcionários preconizando que a competição e a instabilidade são positivas para melhorar a eficiência dos serviços. O projeto de Bresser Pereira, no Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), no governo Fernando Henrique, era deixar poucas áreas nas mãos do Estado criando o neologismo do “serviço público não estatal” para designar setores que seriam privatizados ou funcionariam sob a ótica do mercado e a abertura da competição entre empresas públicas e estatais por recursos públicos. Para tal desiderato era imprescindível “reformular” a legislação pertinente no tocante à relação entre o trabalho

e o capital existente fazendo o pêndulo da balança pender favoravelmente para o capital (LIMA; FERREIRA, 2013, p. 05-06).

A partir do exposto, é possível considerar que a política educacional, especificamente a política para educação superior, com as mudanças advindas da reestruturação produtiva denotam o domínio do conhecimento como um elemento competitivo que se destaca e este deve ser transformado em mercadoria.

O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em vases competitivas [...] A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão das últimas décadas, ao mesmo tempo em que assumiu cada vez mais um cunho comercial (HARVEY, 1992, p. 151).

Na concepção liberal, os direitos sociais devem ser mercantilizados. O usufruto de qualquer tipo de serviço – educação, saúde etc. – deve equivaler a uma contrapartida em formato de pagamento, ou seja, os direitos passam a ser produtos. Segundo Castro (2006), a universidade demonstra um novo padrão de formação, no qual a procura pela veracidade não é mais o objetivo essencial da pesquisa, porém antes a busca do desempenho. A veracidade passa a ser arquitetada e manejada, pois o critério científico passa a ser o da eficácia, do baixo custo e do que é produtor para a acumulação do capital.

Uma das estratégias político-ideológicas utilizadas pelos governos no processo de construção da hegemonia neoliberal tem sido a apropriação de históricas bandeiras defendidas por setores progressistas. Este é o caso da crítica ao caráter elitista das universidades públicas brasileiras. Não obstante, ao aludir aos supostos privilégios do ensino universitário público no Brasil, os ideólogos neoliberais, longe de buscar sua real democratização, pretendem ocultar — por meio de ações pretensamente “inclusivas” e desenvolvimentistas — a natureza perversa e regressiva de suas propostas e, sobretudo, atrair o apoio dos setores populares. Na luta ideológica e teórica é preciso decifrar os interesses em jogo e os reais alcances das políticas, sob pena de apoiarmos mudanças e reformas que justamente reforçam e aprofundam as características mais negativas e perversas que se esperava superar (TRÓPIA, 2009, p. 01).

As sugestões dos organismos multilaterais para a política educacional dos países da periferia do capitalismo objetivam o arrefecimento dos gastos públicos, passagem das unidades do setor estatal para o setor privado, avaliação das instituições com viés mercadológico, primazia para financiamento público de instituições privadas em prejuízo da expansão ou criação de novas instituições públicas de ensino superior e desregulamentação das instituições públicas (VELLOSO apud CASTRO, 2006).

Assim, em linhas gerais, é possível encontrar duas políticas direcionadas para o ensino superior brasileiro. A primeira diz respeito ao aprofundamento da mercantilização deste nível de ensino. Tal mercantilização se deu por meio de dois aspectos: 1) a ampla quantidade de instituições privadas, através da liberalização dos “serviços educacionais”; 2) a privatização que desencadeou-se internamente nas universidades

públicas em virtude das fundações de direito privado, bem como das cobranças de mensalidades pelos cursos pagos, a pós-graduação lato sensu é um bom exemplo desse processo, além também do “estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas, redirecionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão” (LIMA, 2011, p. 87). Léda e Mancebo (2009) afirmam que:

O processo de privatização interno das instituições públicas conta com a legitimação do poder público, que precisa corresponder às expectativas dos organismos internacionais, cuja orientação baseia-se na redefinição das funções do Estado no campo da educação. A Lei nº10.973, de dezembro de 2004, denominada Lei de Inovação Tecnológica é um dos produtos mais gritantes em tal processo. No seu conjunto de artigos se tem, entre outros pontos, a abertura para transferência de tecnologias das universidades e centros de pesquisa às empresas, a incubação de empresas nas instituições públicas, uso comum dos recursos humanos e materiais, a participação de órgãos públicos de pesquisa nos lucros provenientes da transferência de tecnologias para o setor privado (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 2-3).

Com a Lei nº 10.973/04, assim como a Lei da Parceria Público-Privada<sup>6</sup>, é mais evidente a demonstração da adaptação do meio acadêmico às premências do capital, realizando, assim, o alargamento da área de atuação do setor privado gerando contração do espaço público. A rigor, esta política simboliza o fomento à naturalização da canalização das verbas públicas para o setor privado e das verbas privadas no setor público.

Além desses exemplos, consideramos que o programa REUNI<sup>7</sup> implementado a partir do Decreto nº 6.096/07 nas instituições federais de ensino superior (IFES), oficialmente com o “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Art. 1º), é na verdade um ‘convite’ à expansão e à reestruturação, com um discurso sedutor, resumido no Artigo 6º que estabelece: “A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas”. Resaltando, também que o Programa “tem como meta global e elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007, Art. 1º, § 2º).

As metas estabelecidas não condizem com a realidade dos recursos direcionados ao programa, “limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o Art. 1º, § 1º.” (BRASIL, Art. 3º, § 1º) e condicionado “à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.” (BRASIL, 2007, Art. 3º, § 3º). Ainda, ao determinar

6 Lei nº 11.079, de dezembro de 2004, que remete diversos tipos de empreendimentos e gestão às parcerias com a iniciativa privada, inclusive para os serviços públicos sociais, como saúde e educação. A principal justificativa é a falta de recursos públicos para investimentos.

7 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

como meta a taxa irreal de conclusão média dos cursos de graduação em 90%, falseia a realidade, abrindo até uma significativa distância dos padrões internacionais, pois a taxa da OCDE é de 70% (LEHER, 2010).

A meta 18:1 estabelecida na relação professor e aluno tratou-se de uma meta extremamente preocupante, pois faz alusão às IES privadas que, em sua ampla maioria, não desenvolvem pesquisa e extensão, e situa-se em um verdadeiro cenário de precarização do trabalho docente já instalado nas IFES, de limitada possibilidade de novos concursos e ingressos de docentes (LEHER, 2010).

A partir das políticas expostas neste trabalho, identificamos grande reconfiguração na educação superior brasileira. Com isso, é preciso levar em consideração a situação em que se estabelece o trabalho docente neste cenário. Portanto, no item subsequente pretende-se analisar esta processualidade.

### **A negação da centralidade do labor**

Os itens anteriores estiveram centrados na análise dos aspectos tanto da crise estrutural do capital e das medidas adotadas para pôr em dinâmica sua operacionalidade, como na identificação de que no atual modo de acumulação a educação se torna um nicho de mercado imprescindível para o capitalismo extrair taxas de lucro, bem como sobre a formação dos profissionais que atendessem à demanda atual do modo de produção e as políticas implementadas para tal efetivação. No entanto, é preciso identificar a condição do trabalho docente em meio a um processo de privatizações e ajuste fiscal empreendidos pelo governo federal. Com efeito, será dada atenção para a análise do trabalho docente tendo em vista as implicações que a lógica das instituições privadas de ensino superior e o REUNI nas universidades federais condicionaram o labor desses professores.

É preciso, mormente, situar o trabalho docente a partir da análise de Kuenzer e Caldas (2009) que alegam que este está inserido na totalidade da atividade laborativa no capitalismo, imbuído de contradições e marcado pela dupla face dessa práxis. De acordo com Sampaio, Novaes e Lima (2012, p. 2), “a relação dialética entre valor de uso e valor de troca faz da atividade humana, trabalho, algo que pode levar a autorrealização, à humanização e ao prazer ou à desumanização, a não realização e ao sofrimento”.

Ao refletir sobre o trabalho docente, é possível identificar a precarização como um fenômeno que se desenvolveu e se desenvolve nas últimas décadas no Brasil, bem como na América Latina (OLIVEIRA, 2011). Todavia, objetivando uma visão de totalidade, é premente apreender o contexto da precarização do trabalho em geral, ainda que haja algumas distinções das que reestruturam o trabalho diretamente articulado à produção. Tais considerações são cruciais para que não se perca de vista e leve a conclusões acerca do trabalho docente desarticulada da lógica do trabalho em geral, logo, partimos das categorias do método: totalidade e mediação; assim, possibilitando a apreensão das determinações da precarização do trabalho docente atualmente.

Silva (2012) ressalta que o processo de privatização do ensino superior do país expande também a dimensão da precarização do trabalho docente. Tal quadro é expresso nas instituições privadas, onde:

A exploração da força de trabalho é idêntica aos outros espaços de produção capitalista; em diversas ocasiões presenciamos situações que expressam esta realidade: a rigidez no cumprimento de horários, a sobrecarga de trabalho, a realização de atividades docentes não remuneradas — como as orientações acadêmicas. Além da instabilidade nos empregos como ‘desabafam’ os colegas de trabalho: “nosso emprego é de seis meses, tem prazo de validade e nunca sabemos se será renovado ou não” (CARVALHO, 2009, p. 120-121).

Consoante Bosi (2011) o fenômeno da precarização do trabalho docente não se limita somente às instituições privadas de ensino superior que tiveram uma vasta expansão no decorrer dos governos Cardoso e Lula da Silva, todavia, atinge o trabalho do docente das instituições públicas de ensino superior, seja municipal, estadual ou federal.

Deste modo, fazemos alusão ao programa REUNI tratado no item anterior. Este programa foi instituído no governo Lula da Silva e trata-se de um programa que de forma perversa atingiu o trabalho dos docentes das universidades federais do país. A rigor, é possível alegar que as condições de seu trabalho foram alteradas de forma negativa, pois houve aumento exponencial na relação aluno-professor nos cursos de graduação (18:1). A efetivação dessa meta canalizou sobrecarga e intensificação sobre o ritmo de trabalho do docente, bem como “desgaste de um cotidiano sem sentido, pois marcado pelo insucesso de estudantes que aprendem mal” (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 58).

Vale realçar que, como visto, o REUNI busca expandir as matrículas na graduação. Assim, é ignorada a compreensão do eixo articulador indissociável (ensino-pesquisa-extensão) e núcleo da educação superior. Em verdade, se trata de ignorar a pesquisa enquanto pilar definidor da universidade pública, pois, é este pilar que necessita de maiores aportes de investimentos orçamentários. A esse respeito, Lopes (2009, p. 7) destaca que “a sobrecarga de trabalho no ensino de graduação colocará fortes impeditivos no desenvolvimento de projetos de pesquisas por parte dos professores contratados a partir da vigência do Programa”.

O estudo acerca do trabalho docente elaborado por Sampaio, Novaes e Lima (2012) traz um panorama do Brasil a partir do Censo de 2010 na exposição da quantidade dos docentes em exercício na esfera pública e na privada e outros indicadores:

O Brasil, de acordo com o Censo 2010, tem 345.335 funções docentes em exercício. Desse total, 130.789 estão no setor público e 214.546 no setor privado. O perfil docente tendo como referência o regime de trabalho e a titulação assim se expressa: No setor público, 80,2% possuem regime de trabalho de tempo integral; 12,9% em tempo parcial; e 6,8% são horistas. O setor privado concentra o maior número de professores em regime de trabalho horista, 48%; em tempo parcial são 28% dos docentes; e 24% trabalham em tempo parcial. Quanto a titulação, o Brasil tem, no setor público 49,9% de doutores, 28,9% de mestres e na categoria “com até especialização”, 21,2%. No quadro de titulação do setor privado, 43,1% têm mestrado; na categoria “com até especialização”, 41,5%; e com doutorado apenas 15,4%. (SAMPAIO; NOVAES; LIMA, 2012, p. 5).

O estudo desenvolvido pelos autores supracitados denota que o trabalho docente se dá em um contexto de precarização do trabalho, bem como:

[...] perda de autonomia intelectual, adoecimento docente (estresse, burnout, depressão), invasão do tempo da vida privada dos docentes, baixos salários, jornada de trabalho ampliada, evasão do magistério, subsunção do trabalho intelectual à lógica da produtividade com sistema de avaliação de desempenho utilizado como critério de premiação e/ou punição, contratos temporários (SAMPAIO; NOVAES; LIMA, 2012, p. 5).

Assim como o trabalho em geral, o trabalho docente, sob o jogo do capital, é realizado de forma pragmática e fragmentada o que engendra um processo de estranhamento<sup>8</sup>. O professor perde a autonomia do seu trabalho, além do processo de intensificação do trabalho a partir do acúmulo de atividades e a execução de demasiados serviços. Na lógica da dupla natureza do trabalho situamos a matriz negativa do trabalho docente, pois o que era para ser atividade essencial para humanização do ser se torna uma atividade efetivada com a finalidade de obter resultados, funcionalidade e, sobretudo, produtividade.

Há duas formas de intensificar o trabalho, conforme Mancebo (2011, p. 1), através da inserção de modificações de cunho técnico; 2) através de mudanças de caráter organizacional no processo de trabalho. A autora lista diversas formas que adotam essa intensificação do trabalho docente: executar atividades que outrora eram realizadas por um grupo de pessoas maior; ampliação de serviços sem contratação adequada de mais funcionários; reposição do quadro de docentes aposentados não realizado; efetivação de diversos serviços ao mesmo tempo etc.

Com as implicações da corrosão do trabalho docente são acarretados danos à saúde deste sujeito. A pesquisa realizada por Landini (2008) denota que a saúde dos docentes do Brasil se encontra em grande risco em virtude de diversos fatores que auxiliam o agravamento deste quadro, por exemplo, o tipo de atividade realizada, a grande intensidade de trabalho e a perda da autonomia.

Vários são os tipos de sintomas que evidenciam problemas de saúde desenvolvidos pelos professores pelo excesso de trabalho – psicossomáticos e defensivos – que desencadeiam a evasão da docência. Esse cenário é prejudicial aos docentes, mas também aos discentes que perdem a colaboração que estes profissionais podem oferecer (SAMPAIO; NOVAES; LIMA, 2012, p. 7).

A intensificação do trabalho do docente, ressalta Mancebo (2011), vem sendo responsável pelo adoecimento dos professores, pelo padecimento emocional e físico engendrando implicações avultadas na categoria que se situa em um vendaval de atividades, bem como entre metas.

Assim como os trabalhadores em geral, os docentes protagonizam grandes momentos de lutas e resistência à situação insustentável de precarização de suas

8 Baseamo-nos na definição de Antunes (2010, p. 152) acerca do trabalho estranhado quando o autor assevera: "Utilizamos a expressão o trabalho estranhado (*die entfremdete Arbeit*) e estranhamento (*Entfremdung*) e alienação (*Entäusserung*), porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana".

condições de trabalho. Caracterizamos esse momento de enfrentamento como práxis política<sup>9</sup>:

A práxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade. Na sociedade dividida em classes antagônicas, atividade revolucionária permite mudar radicalmente as bases econômicas e sociais em que se assenta o poder material e espiritual da classe dominante e instaurar, assim, uma nova sociedade (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 233).

De antemão, é preciso esclarecer que esta pesquisa não argumenta que é com essas formas de luta dos docentes – greves ou atos – que será efetivada uma revolução social, todavia, os elementos da práxis política se encontram na essência das formas de lutas contra a opressão dos setores hegemônicos, leia-se, contra o capital.

### Considerações finais

Ainda que não seja um fenômeno com tom de novidade, a precarização do trabalho ganha novas roupagens, se tornando, dessa forma, uma problemática central no século XXI. Nesse sentido, o trabalho docente não foge à lógica da precarização, e está presente nas instituições privadas e públicas de ensino superior de forma patente. Com efeito, esta precarização se expressa na forma jurídica<sup>10</sup>, bem como na flexibilização e intensificação do trabalho, e por meio da execução de uma lógica produtivista.

Como foi exposto, é a partir da eclosão da crise estrutural do sistema socio-metabólico do capital e suas decorrentes tentativas de superação, como a ideologia neoliberal na qual irradia socialmente a necessidade da flexibilização dos direitos trabalhistas, bem como na própria lógica da operacionalidade laborativa para recompor as taxas de lucro do capital. O trabalho docente não foge desta implicação, logo, esta categoria profissional está localizada no seio da classe trabalhadora, pondo em operação a relação contraditória preconizada por Marx, a saber, “capital x trabalho”.

Podemos considerar que a intensificação do trabalho docente, bem como a redefinição de suas atribuições se consolida a partir da determinada divisão da progressiva contratação de docentes temporários como um dos meios exequíveis para a expansão da educação superior pública o que implica na desarticulação da carreira docente e do projeto de universidade em que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis. Nessa concepção, a lógica do capital metamorfoseia o docente-pesquisador em empreiteiro quando ele molda a sua produção intelectual em um especial valor considerado de um modo determinado, assim, conformando a sua atividade

9 Sánchez Vázquez (2011) nos traz uma grande contribuição acerca da práxis política, para o autor “essa atividade prática do homem oferece diversos atos orientados para sua transformação como ser social e, por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais. Na medida em que sua atividade toma por objeto não um indivíduo isolado, mas, sim, grupos ou classes sociais e inclusive a sociedade inteira, pode ser denominada práxis social, ainda que em um sentido amplo toda a prática (inclusive aquela que tem por objeto direto a natureza) se revista de um caráter social, já que o homem só pode levá-la a cabo contraindo determinadas relações sociais (relações de produção na práxis produtiva) e, além disso, porque a modificação prática do objeto não humano se traduz, por sua vez, em uma transformação do homem como ser social” (p. 232).

10 A forma jurídica à qual se expressa a precarização do trabalho docente das instituições de ensino superior se trata dos contratos de trabalho.

laborativa a padrões factíveis, pondo limites aos temas e a epistemologia aos marcos do pensamento único.

Portanto, as políticas de educação superior, que essencialmente possuem um cunho mercantilista, agem como empecilhos ao trabalho docente, como também à sua autonomia, sujeitando o docente a uma processualidade de contradição entre as necessárias e as concretas condições de trabalho.

No que diz respeito às formas de solucionar os problemas deste cenário, apenas a partir da organização da práxis política será possível dar os primeiros passos para a mudança. Acredita-se não ser possível a solução dos problemas dos docentes do ensino superior brasileiro sem que outros problemas em cenário nacional também sejam tratados, como a questão agrária, por exemplo. Nesse sentido, a unidade dos docentes apenas não será capaz de reivindicar uma mudança radical no sentido stric- to, todavia, a comoção social fortalecendo a unidade das reivindicações poderá, pos- sivelmente, trazer respostas mais pontuais às pautas dos trabalhadores da educação, em especial, os docentes do ensino superior.

## Referências

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, p. 423-436, 2008.

BOSI, A. *Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente: ensaios sobre o mundo dos trabalhadores (1980-2000)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

BRASIL. Decreto 6096 de 24 de abril de 2007. *Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004. *Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências – LIT*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2016.

CARVALHO, C. C. *Serviço social e privatização do ensino: a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Feral de Juiz de Fora. 2009.

CASTRO, A. M. D. A. Ensino Superior no Brasil: expansão e diversificação. In: CABRAL NETO, A.; LIMA, R. N.; NASCIMENTO, I. V. *Política pública para a educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões*. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 103-146.

CHAGAS, E. F. A Natureza Dúplice do Trabalho em Marx: Trabalho Útil – Concreto e Trabalho Abstrato. In: MENEZES, A. M. D.; LIMA, C. G.; LIMA, K. R. R.; SANTOS, L. K. M. (Org.). *Trabalho, educação, estado e a crítica marxista*. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 25-36.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

KUENZER, A.; CALDAS, A. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.): *A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividades*. Campinas: Papirus, 2009.

LANDINI, S. R. Significado e sentido do trabalho docente: as contradições no trabalho e sua relação com os quadros de adoecimento psíquico. In: MONFREDINI, I. (Org.). *Políticas educacionais, trabalho e profissão docente*. São Paulo: Xamã, 2008.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. A privatização da educação superior no Brasil: impasse e desafio das políticas educacionais no estado neoliberal. In: *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

LEHER, R. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIMA, K. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *Revista Katálysis*, vol. 14, n. 1, p. 86-94, 2011.

\_\_\_\_\_. Universidades Federais e Programa Reuni: alterações nas funções da universidade pública brasileira. *Advir (ASDUEJ)*, v. 23, p. 20-26, 2009.

LIMA, K. R. R.; FERREIRA, E. L. Crise do capitalismo, contrarreforma do estado e trabalho docente: intensidade, intensificação e precarização. In: *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013.

LOPES, C. M. L. O REUNI e a intensificação do trabalho docente. In: *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

MANCEBO, D. Intensidade do trabalho docente: um debate necessário. In: SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M.; MENEGHEL, S. M. (Orgs.). *A cultura da universidade pública*. São Paulo: Xamã, 2011.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro – Tomo I. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NISHIMURA, S. P. A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano 23, n. 53, p. 48-59, 2014.

SAMPAIO, F. R.; NOVAES, M. A. B.; LIMA, K. R. R. Trabalho docente no capitalismo contemporâneo e o cotidiano do professor. In: *IV Fórum Internacional de Pedagogia*. Paranaíba: Universidade Estadual do Piauí, 2012.

OLIVEIRA, J. F. As influências da reforma da educação superior no Brasil e na União Europeia nos papéis sociais das universidades. In: OLIVEIRA, J. F. (Org.). *O campo universitário no Brasil: políticas e processos de reconfiguração*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso: São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, M. E. P. *A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

TRÓPIA, P. V. O ensino superior em disputa: apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 49, p. 1-12, 2009.

WOOD, E. M. *El imperio del capital*. Espanha: El Viejo Topo, 2003.